



AGPTEA

INFORMATIVO

IMPRESSO

Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola
Fundada em 02/07/69 - Registrada sob nº 5418 - CGC 90027848/0001-05
Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90.050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

Número 48 ————— Gestão 93/96 ————— Abril de 1996 ————— Ano 27

EDITORIAL

O sonho se tornou realidade

A Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola, em toda a sua existência como entidade associativa, por intermédio de suas diretorias, sempre buscou se fortalecer como entidade representativa dos "Mestres" do ensino agrícola.

As Diretorias que nos antecederam, labutaram no sentido do crescimento de seu quadro social, na aquisição de bens materiais diversos, visando o bom desempenho representativo e a luta constante pelos direitos de seus associados.

Saliente-se que muito bem representaram os seus associados, buscando, agilizando e promovendo a "Entidade" junto aos órgãos governamentais e não governamentais; neste sentido verificou-se o seu crescimento constante.

Importantíssimo salientar as atuações dos colegas de diretorias que envidaram esforços visando o crescimento associativo da AGPTEA, inobstante esta atuação e trabalho, coube a esta Diretoria do triênio 93-96, com tenacidade, com trabalho, com denodo, a grandeza de vislumbrar o futuro auspicioso para a nossa AGPTEA, efetivar a aquisição e posse da tão sonhada sede social. Entretanto, cabe salientar que nada se concretizaria sem a participação efetiva dos nossos colegas professores associados, pois, com a sua cota de participação, conseguimos adquirir e inaugurar a nossa tão sonhada sede social.

Fica aqui, colega professor associado, o nosso convite para que venha até a nossa nova sede social, participe da realidade do ensino agrícola, porque a Associação de Professores Técnicos de Ensino Agrícola, hoje, com a sua grandeza, com sua respeitabilidade, com o seu conceito junto as outras entidades congêneres é, sem dúvida alguma, a "Entidade", que devido a efetiva participação de seus associados, quer através de congressos, seminários; quer através de reuniões e debates, torna-se o que é na realidade uma "ENTIDADE" respeitada e chamada a opinar, nos diversos segmentos da sociedade educacional gaúcha e brasileira. Portanto, reprimamos o convite, venha até a nova sede, participe, opine, critique construtivamente, sugira modificações e alterações, visando o engrandecimento da AGPTEA, e a melhoria do processo educacional da área agrícola.

Esta conquista que foi construída ao longo dos anos da "Entidade", que depois de tantos anos de luta se tornou realidade no usufruir deste patrimônio adquirido, reafirmamos, graças a você professor "Agepeteano", dedicamos esta "VITÓRIA" da Diretoria 93/96; pois, sem a sua participação nada teria acontecido.

Não temos a pretensão de sermos os melhores, os mais importantes, mas podemos dizer com orgulho, sem falsa modéstia, que estamos realizando e concretizando algo extremamente importante para os destinos da AGPTEA, entendemos que a aquisição da sede dará maiores e melhores condições para o deslanchar da Associação como "Entidade" representativa dos "Mestres" do ensino agrícola. Esse será o trabalho a ser desenvolvido continuamente e, certamente, ampliado por aqueles que nos sucederem.

Antonio João Barbosa
Vice-Presidente Educacional



A sede da AGPTEA fica no 2º andar deste edifício

AGPTEA

Assembléia Geral Ordinária

Art. 31 letra "A" do Estatuto da AGPTEA.

O Presidente da AGPTEA, convoca todos os associados para Assembléia Geral Ordinária, na data de 08 de junho às 10 horas

Local: ETA - Viamão

Assunto: ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA - GESTÃO 96/99

Antônio Hélvio Ilha
Presidente da AGPTEA

AGPTEA TEM NOVO TELEFONE
(051) 225.5748

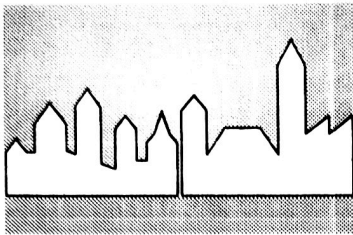
A Agonia de um rio

Albeni Carmo de Oliveira (Beni)

Velho rio que certo dia
Servia de praia p'ra mim.
Velhor rio que está no fim
Atirado ao abandono.
Quantas noites perco o sono
Pensando na ingratidão,
Pois a tal poluição
Já te desbanca do trono.

Velho rio que ainda reflete
O mais lindo pôr-do-sol.
Lembro um caniço, um anzol
E eu pescando pintado.
Velho rio, que no passado
Era largo, era bonito.
Mas que depois aos pouquitos
Foste ficando apertado.

Velhor rio que sempre foi
Orgulho do bom gaúcho.
Velhor rio que deu-se ao luxo
De ver crescer ao teu lado,
A Capital do Estado
Com um progresso crescente
Também vizinho de frente
Guaíba tem prosperado.
Velho rio, quanta saudade
Que dor que meu peito sente.
Por que será que esta gente
Não pára para pensar?
Que não dá mais para agüentar
Esta injusta covardia,
Ao notar que a cada dia
Alguém manda te aterrar.



Pois de aterro em aterro
Já mudaram o teu leito,
E agora querem um jeito
Para curar a ferida
Do propalado inseticida
Nas lavouras aplicado,
Pois água contaminada
Não faz bem p'ra nossa vida.

Se tu pudesses falar
Tu dirias com certeza:
— De que adiante a riqueza
Para uma cidade que cresce,
Se a população se esquece
Entre a farra e a bebida
Que a água, fonte da vida
Aos poucos desaparece

É, velho Guaíba estuário,
Teus dias estão no fim!
E eu sinto que seja assim
Que o velho rio vá morrer,
Pois não posso compreender
O que será de uma comunidade
Vivendo numa cidade
Sem água para beber...

O ZORRILHO

João Grande

O zorrilho talvez seja um dos animais mais respeitados da natureza, por grandes e pequenos. Todos o temem simplesmente porque possui uma arma poderosa: o mau cheiro. Seu aspecto miúdo, preto com listra branca, é até muito simpático, porém quando embrabece e usa sua arma, os efeitos são devastadores. Qual o caçador que em suas andanças pelas coxilhas, já não se topou com esse animalzinho? Qual o perdigueiro que já não se botou num zorrilho e saiu completamente desmoralizado? A cena é cômica, porque o cão fica desorientado e, geralmente, não caça mais por várias horas. O odor é tão intenso e penetrante que permanece no cachorro por alguns dias, impregnando a camioneta e, por certo, nos acompanha até Porto Alegre. O zorrilho é um parente próximo da lontra e da ariranha, sendo chamado, no resto do Brasil, de jaritacaca e, pelos cientistas, muito sugestivamente, de *Mephitis suffocans*... Um dos mitos que o cerca é o de que o jato por ele emitido constitui a própria urina. Na verdade, o líquido é o almiscar, uma substância oleosa e pegajosa, armazenada em duas glândulas odoríferas ao lado do ânus. Quando atacado, ele se curva em forma de U, levanta a cauda, contrai os músculos das nádegas e de cada glândula parte um fino jato que se une ao lado oposto, formando uma só carga, a 30 cm de distância. O alcance é em torno de 3 metros e ele tem munição para 6 descargas consecutivas, necessitando depois, de várias horas para reabastecer. O nariz humano o presente, conforme as condições do tempo, a 1 ou 2 quilômetros de distância. Outro aspecto curioso é que, durante o acasalamento, os machos lutam, rosnam, engalfinham-se, mas jamais empregam a "guerra química". Parece haver um acordo de cavalheiros para não usar esse "golpe baixo" contra a própria espécie. O almiscar incomoda não só pelo cheiro, mas porque contém uma substância chamada mercapitano que queima a pele e pode produzir cegueira temporária. Por essas e outras, é que o bichinho é considerado o terror dos perdigueiros. Sua valentia até gerou uma comparação gauchesca: "O fulano é brabo que nem zorrilho".

Fonte: Correio do Povo - 02/96

EXPEDIENTE

DIRETORIA DA AGPTEA

Presidente:
Antônio Hélio Ilha
Vice-Presidente Administrativo:
Heitor Tomé da Rosa
Vice-Presidente de Educação:
Antônio João Barbosa
Vice-Presidente de Finanças:
Rudi Von Saliel
Secretário Geral:
Jader dos Santos Souza
1º Secretário:
Hilário Luiz Klein
Tesoureiro:
G. Aldir Antônio Vicente
1º Tesoureiro:
Nedi A. Jacondino

Conselho Fiscal:

Nelmo Malta Guterres, Martim
Saraiva Barbosa, Alfredo Müller
Suplentes:
Maria Luiza dos Santos, Luiz Carlos
Pacheco, Luiz Calvette Correa.
Jornalista responsável:
Isabel Cristina Romeu Rodrigues
RPMT nº 7403
Edição, diagramação,
composição e arte-final:
COMUNICAÇÃO Integrada Ltda.
F: (051) 332-2088

Novo endereço AGPTEA:
Av. André da Rocha, 181/203
CEP 90.050-161 - SEDE PRÓPRIA

Conselho para Técnicos Agrícolas

O presidente da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas (FENATA), Mário Limberger, tomou posse no último dia 09 de março. Seus autores entendem que os CREA's têm se constituído em entidades que defendem os interesses apenas dos engenheiros, arquitetos e agrônomos. Sua primeira preocupação será a de desvincular os técnicos agrícolas do controle dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA's). "Já há dois projetos tramitando no Congresso Nacional para a criação dos Conselhos Regionais de Técnicos Agrícolas. Limberger disse que, embora a legislação permita, os CREA's têm citado e multado técnicos agrícolas que elaboram receituários e projetos. "Se a lei permite e os CREA's proibem, esta atuação dos CREA's é ilegal", defendeu.

Fonte: Correio do Povo - 03/96

NOTÍCIAS

Compra da Sede

A sede da AGPTEA custou o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), sendo pago no ato R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mais seis parcelas de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

O negócio somente foi possível, com a aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, realizada na data de 14/11/95, na ETA, em Viamão. Na oportunidade, foi aprovada uma chamada extra de seis reais, por um período de seis meses, sendo que cada sócio contribuiria de forma extra, num valor total de R\$ 36,00 (trinta e seis reais). Portanto a última parcela será no próximo mês.

A partir de maio será descontada a mensalidade no valor de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos).

Anuidade da AGPTEA

Os sócios que não descontam em folha, podem ficar em dia com as contribuições sociais, remetendo um cheque nominal no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), mais a chamada extra para a compra da sede própria num valor total de R\$ 36,00 (trinta e seis reais), totalizando assim R\$ 61,20 (sessenta e um reais e vinte centavos). Este valor corresponde a anuidade de 1996.

O cheque nominal à AGPTEA, deve ser remetido para a Av. Des. André da Rocha, nº181/203. CEP: 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS.

Colega Associado

Não se desespere, a chamada extra está no fim e a AGPTEA agradece a Sede Própria.

XXIII RODEIO CRIOULO

Nos dias 12, 13 e 14 de abril de 1996, no CTG Vaqueanos da Cultura, Escola Técnica de Agricultura (ETA) e Prefeitura Municipal de Viamão, promovem um grande rodeio campeiro e artístico.

Será disputado tiro de laço, geneteada, paleteada, estafeta, rédeas, penca de petição, na parte campeira; chula, declamação, intérprete vocal, trova, danças tradicionais e a mais prezada prenda na parte artística.

Indiada macanuda, te pilcha, encilha o cavalo e te manda prá cá, vai ter dois fandangos, muito churrasco e, sem pichincha, podes desenciliar o pingo e dormir nos pelegos ou numa barraca se quiseres.

LOCAL: Parque de Rodeio da ETA - Viamão -RS

INFORMAÇÕES:

FONE: (051) 485.1173

VEM QUE TEM!

Curtas & Boas

PROFESSOR AGRICOLA

Participe da nossa luta pelo ensino agrícola, associe-se a AGPTEA, enviando seu nome, endereço e matrícula no tezeuro do estado.

Caso você pertença a rede federal ou municipal, envie seu nome e endereço, mais um cheque nominal no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), pagando assim um ano de contribuição.

Uma classe unida conquista seu espaço! ●

EXPEDIENTE DA AGPTEA

Todas as tardes, a partir das 14h30 e se desejar falar diretamente com o Presidente Antônio Hélvio Ilha, ligue para o fone (051) 243 7647, sendo que nesse telefone também se atende a problemas jurídicos.

SEMINÁRIO DO ENSINO AGRÍCOLA

A Diretoria da AGPTEA promoverá no dia 08 de junho, deste ano, um seminário para discutir a reestruturação do ensino técnico profissionalizante, em especial o ensino agrícola proposto pelo governo do estado.

Ao CPERS/Sindicato

A Diretoria da AGPTEA agradece o apoio que o Centro dos professores do estado do Rio Grande do Sul - CPERS Sindicato, deram a nossa Entidade durante 17 anos em que emprestou uma sede para que pudéssemos desenvolver nossas atividades referentes ao ensino agrícola. Nós aqui esperamos uma visita dos guerreiros companheiros dessa grandiosa Entidade que representa a resistência de uma classe na busca da pujança educacional de nosso estado.

Muito Obrigado!

Prof. Antônio Hélvio Ilha

Presidente AGPTEA

REUNIÃO DE DIRETORIA

O Presidente da AGPTEA, convoca os membros da Diretoria, para uma reunião, no dia 04 de maio deste, às 9 horas da manhã, com a pauta sobre o seminário de ensino agrícola a ser realizado em junho do corrente ano.

São Luiz do Maranhão

É para lá que nossa colega, professora Zélia Maria dos Santos, foi transferida. Nós aqui do Sul lhe enviamos um quebra costela bem gaudério.

Abertura da nova sede da AGPTEA

O dia 23 do mês passado, a diretoria da Entidade inaugurou em definitivo a sede própria que foi adquirida em 15 de fevereiro de 1996. Na oportunidade se figuraram presentes três ex-presidentes da Associação, Prof. Luiz Calvete, gestão 69/74 e 78/80; Prof. Heitor Tomé, gestão 82/87; Prof. Rudi Saltiel, gestão 87/93. Na oportunidade o atual presidente, Prof. Antônio Hélio Ilha saudou os presentes membros da diretoria e convidados, dando por inaugurada a sede social própria. Em sua fala parabenizou todos sócios, que apesar das dificuldades financeiras de cada um, foi possível unir esforços por esta conquista. Foi dito também, que tal vitória foi graças a uma cadeia de trabalho das diretorias anteriores, que propiciou tal aquisição. Salientou ainda, que foi restringido todos os tipos de gasto, inclusive a redução da periodicidade deste jornal, no intuito de economizar e fazer caixa para a compra do imóvel.

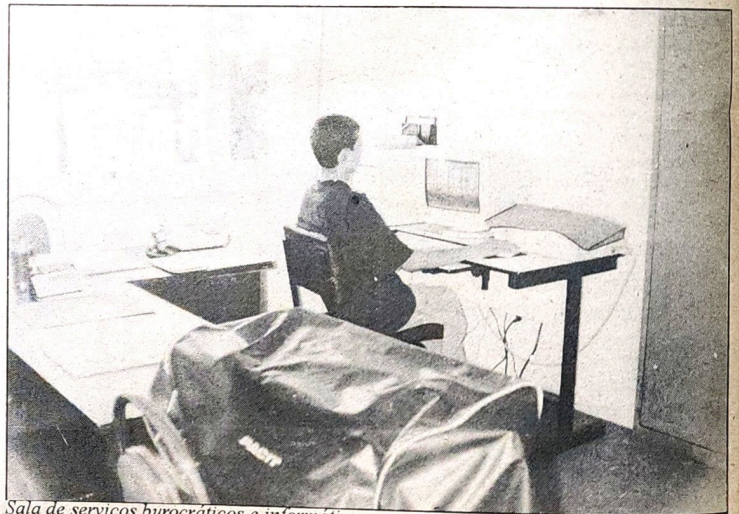
Confira, com as fotos, como é a nossa sede própria, uma conquista de todos os Professores Técnicos Agrícolas.



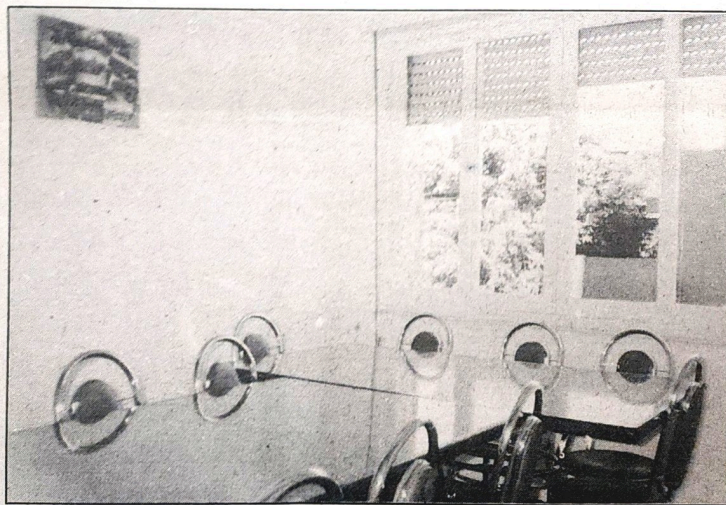
Arquivo da AGPTEA



Sala de trabalho da AGPTEA



Sala de serviços burocráticos e informática



Sala de reuniões



Uma homenagem aos presidentes da AGPTEA

Assim foi a inauguração da nova sede



Agricultura e Ambiente

Nasser Nars

O primeiro passo é transformar a propriedade numa propriedade polivalente, porque o processo das monoculturas acaba por proporcionar a falência dos agricultores.

Usamos os animais, de pequeno e grande porte, para a produção da matéria orgânica, para que dentro da própria propriedade se faça a reciclagem.

Usando um processo natural para afastar as pragas

Na sementeira, tudo é limpo entre as linhas, mas no meio dos canteiros é deixada a vegetação e funciona como uma proteção porque a praga chega e não atinge as nossas culturas. Isso chama-se "preferência alimentar" e vocês podem ter certeza disso. Todos os seres vivos do planeta possuem hábitos alimentares. Então eles vão preferir o que já era nativo da região e, não uma cultura trazida. Ele vai começar a comer o que encontrar pela frentem, mas só que ele já conhecer.

Outra coisa que nós praticamos muito é aproveitar o copinho de jornal para as mudas. Você coloca as mudas como se fossem um viveiro de café. Um ao lado das outras. Isso protege do calor e evita a perda. Deixamos de três a quatro dias, sem molhar, para tirar o copo inteiro, senão ele desmancha. Colocamos embaixo das mudas, folhas secas ou casca de arroz para não haver enraizamento do solo, para não estressar de

forma nenhuma a planta. Ela leva apenas o stress da nutrição fraca e antes de ir para o campo não estar molhada. Porque se você der um tratamento de "hotel 5 estrelas", quando ela for para o campo, em condições extremamente severas, e você for dar a primeira irrigação ela reagirá de uma forma tão espantosa que, até mesmo, assusta.

No geral mantemos vegetação no meio da cultura, mas em determinado estágio da alface, por exemplo, cobrimos o mato com casca de arroz. Não precisa matar essa vegetação, apenas retardar o seu crescimento com casca de arroz sobre ela. Apenas o cultivo tem que receber luz.

Mas se acontecer da vegetação escapar ao controle, nós roçamos uma parte do mato e deixamos o outro. Quando começa a crescer novamente, nós roçamos a outra carreira de mato. Mas é apenas roçar. O desenvolvimento do mato é muito rápido e ele não chega a sentir. Não é como a cultura que, quando está desprotegida e pegando muito sol, ela se estressa. Quando existe vegetação, a luz solar não aquece o solo, então continua constante a temperatura.

Nós estamos sempre aprendendo. Em constante observação com a vegetação nativa a gente vê que só aparece a tiririca devido ao imediatismo de se olhar a terra. Se observarmos melhor veremos que após sete ou oito dias do surgimento da tiririca a

cultura está apenas nascendo, está crescendo ainda, porque a eclosão da batatinha da tiririca acontece de forma muito rápida (de dois a três dias), mas outros tipos de vegetação não. As que germinam através de sementes, levam de 10, 15 a 20 dias. Então o sujeito fica apavorado com aquela quantidade de tiririca e capina de novo, só que ele acaba por eliminar aquelas sementes que estão germinando junto com a tiririca, enquanto estraga a cultura.

Com a biodiversidade de vegetação, uma espécie só vai dominar a outra com a mão do homem. Ai é que nós chegamos à seguinte conclusão: "qualquer cultura sozinha é erro. Temos que misturar para melhorar ainda mais o equilíbrio das culturas".

Esquecendo a monocultura

Mas como misturar sem prejudicar umas às outras?

Olha, para começar, um pé de alface pode ser colhido em 60 dias, um molho de cenoura pode ser colhido de 90 a 110 dias, então nós jogamos com a época de colheita de cada cultura para que não haja competição de luz uma com a outra.

Num canteiro nós temos um tipo de alface, cenoura e pimentão. Isso vai gerar também mais renda para o produtor, porque se ele plantar só um canteiro de alface e no dia que ele for comercializar estiver com um preço baixo, ele vai passar um trator por cima.

Reproduzimos o painel "Agricultura e Ambiente" apresentado no III ENEA pelo prof. Nasser Nars, pois entendemos que os exemplos trazidos são de grande valia quando pensamos em uma agricultura biológica

Portanto, mais de uma cultura é interessante porque será quase impossível que as três culturas que ele tem sobre o mesmo canteiro, cultivadas juntas, com o mesmo valor gasto e as mesmas horas trabalhadas, estejam no mesmo preço na época da colheita. Então, se opera com algum lucro, ou então com a venda de uma das três culturas ele paga a despesa dos insumos que ele gastou no cultivo todo.

Mas é importante colocá-las numa posição que a luz consiga atingir todas elas. Também dá para juntar alface, beterraba e pimentão. Ou alface, alho e pimentão... e por aí afora.

O que está faltando para o agricultor é renda. Com esse processo ele vai ter mais estímulo para continuar no mercado.

Só uma coisa que eu quero lembrar é que quando eu falei em usar a casca de arroz, não é receita. Pode ser qualquer matéria orgânica da região a que o agricultor tenha acesso.

Quando falamos em tomates e utilizamos o mesmo processo, deve-se colocar a vegetação nos sulcos. Na nossa região que é muito quente, os agricultores costumam irrigar a plantação até duas vezes por semana. Mas com esse método que adotamos já conseguimos reduzir esse processo. Então, se irriga o tomateiro três vezes, no máximo, quatro vezes por mês. Nós não usamos agrotóxico no tomate. E para todas as culturas nós utilizamos dois a três litros de

matéria orgânica, fosfato de araxá (cerca de 30 a 40gr) e pó de pedra (de granito, que é o que temos à disposição), e mais nada.

Pulverização das folhas, a gente usa cal virgem, cinza e pó de granito.

Quanto aos cítricos, possuímos laranjeiras (cerca de 600 pés), que é a maior produtividade do país. É um laranjal que nunca foi capinado. No cultivo fizemos uma cova de 60/60/60, e colocamos dois a três carrinhos de matéria orgânica, fosfato de araxá, pó de pedra e mais nada, apenas o manejo do laranjal que acontece uma vez por ano e um carrinho de esterco anualmente. Para manejá-lo, roça-se uma carreira de mato e deixa-se a outra. O equilíbrio da planta é ótimo. Os frutos estão quase padronizados, a produtividade gira em torno de seis caixas de 40 kg por planta. Então, a planta nós diz que ela está muito bem.

Horta: hoje tem função social

Também temos o projeto "Hortão das Crianças" que está espalhado por todo o Brasil. E hoje possui uma função social muito importante.

No Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria Estadual da Agricultura, conseguimos fazer uma ao lado do aeroporto Santos Dumont e da Santa Casa, num terreno que antes era um estacionamento. Lá, nós colhemos quase quinze toneladas de alimento só nessa horta de 2.700 m². Então, chegamos



Nasser Nars

à conclusão que a agricultura também é um problema urbano. Nós temos que ensinar as pessoas a cultivarem qualquer espaço disponível, para combater a fome pois, tudo o que produzimos vai para a população carente. Creches, orfanatos, hospitais...

Então é um processo tecnológico que funciona. Quem sabe se as universidades e os técnicos começarem a usar esses processos vão despertar algum interesse no pessoal da roça.

Em Cachoeiro do Itapemirim inventamos um concurso de hortas. No ano passado tivemos 145 hortas, esse ano 250. A horta é acompanhada pelo presidente da Associação de Moradores e tudo o que é colhido é registrado. Ainda existem dois agrônomos envolvidos na assistência técnica gratuita. Então, chega-se à conclusão que esse país tem jeito, o que falta para nós é inventividade. Tem que criar. É isso.

Ensino Técnico em destaque

Prof. Martim Saraiva Barboza

A velocidade cada vez maior das transformações tecnológicas e das relações de produção, tanto a nível nacional quanto internacional, a globalização crescente dos mercados com uma correspondente internacionalização das relações de trabalho e um aumento da competição de produtos e serviços, tem gerado novos paradigmas administrativos para os processos produtivos e novas exigências quanto à capacitação de recursos humanos.

Com o propósito de enfrentar esta nova realidade, cada nação tem buscado melhorar a formação de seus recursos humanos em uma tentativa de prepará-los para um mercado nacional e internacional futuro, onde as especificidades são necessárias mas não suficientes. Um mercado onde cada dia e cada vez mais rapidamente, surgem demandas por novas atribuições e especialidades. Como consequência torna-se imperativo a formação de técnicos que, com uma boa base de conhecimento, possam atender satisfatoriamente o mercado presente, mas também adaptar-se a transformações futuras que, sem dúvida, advirão.

Várias experiências têm sido postas em prática no que diz respeito à formação técnica e/ou profissionalizante em diferentes países e até mesmo em diferentes estados brasileiros, o que demonstra que não há fórmulas ou receitas prontas, mas sim necessidade de uma mudança permanente na formação de recursos humanos, com alteração do sistema anteriormente existente, já que este foi concebido em outro tempo com outras exigências econômicas, sociais e políticas.

No ano passado, o Governador Antônio Britto nomeou por decreto, em 24/10/95 um grupo de trabalho integrado por representantes do Gabinete do Vice-Governador, da Secretaria da Educação, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, da Secretaria da Coordenação e Planejamento, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, do Ministério da Educação e, ainda, das seguintes instituições não governamentais: AGPTEA, AESUFOP, CIEE, CRUB/RS, FETAG, MEC, SEBRAE/RS, SENAC, SENAI E SENAR.

Esse grupo, sob a coordenação política do

Vice-Governador Vicente Bogo e do qual sou o Secretário Executivo, elaborou o trabalho, já entregue ao Governador em 29/02/96, onde está retratada a realidade do ensino técnico-profissionalizante do nosso Estado, constatadas as suas principais dificuldades e apontadas ações que permitam sua melhoria gradativa em busca de um novo patamar de qualificação técnica, formando cidadãos capazes de, não somente exercer consciente e criticamente sua cidadania, mas também de inserir-se no mundo do trabalho de acordo com as novas e desafiadoras exigências de permanente atualização e qualidade.

Neste sentido, este trabalho constitui um passo importante no firme propósito de recuperar o ensino técnico-profissionalizante, adequando-se às novas demandas da economia gaúcha, e assim, pondo-o a serviço da sua recuperação econômica.

A seguir cito os principais pontos críticos sobre o ensino técnico-profissionalizante do nosso Estado e as principais metas que traçamos e para as quais estamos definindo ações para resolvê-los.



Ciça

Neste momento estamos trabalhando, junto com os representantes das Secretarias do Estado que compuseram o grupo de trabalho, na elaboração de projeto de lei que cria a Fundação de educação Técnica do Estado do Rio Grande do Sul - FETEC/RS e de seus estatutos e regimento interno. Tudo isso deve ser entregue ao Governador no início de abril.

As outras ações estão em discussão e devem merecer priorização daqui para frente.

Tenho esperanças muito fortes no futuro do ensino técnico do nosso Estado, em especial, do ensino agrícola. Mas só esperança não basta, é preciso muito trabalho. A isso estou dedicado como Secretário Executivo do grupo, e contando sempre com a ajuda e sugestões de todos, o que tem sido um fator estimulador para prosseguirmos.

Síntese da Proposta para o Ensino Técnico do Rio Grande do Sul

Diagnóstico realizado na coordenação do professor Heitor Tomé da Rosa.
Com base nos pontos críticos foi elaborado na SEC, uma proposta sobre o ensino técnico, sintetizando um conjunto de idéias que vêm sendo discutidas ao longo de mais de duas décadas em reuniões, seminários e encontros de professores técnicos.

PONTOS CRÍTICOS

1. Ausência de cursos em nível superior para capacitação dos recursos humanos necessários.
2. Desatualização dos professores das disciplinas profissionalizantes dos cursos dos Setores Primário, Secundário e Terciário da Economia.
3. Recursos financeiros insuficientes para a manutenção das escolas e cursos técnicos.
4. Pouca interação entre a escola e comunidade quanto ao oferecimento de cursos de curta duração que atendam às demandas locais.
5. Baixo número de concluintes em determinados cursos técnicos.
6. Oferecimento de cursos técnicos que não condizem com a vocação econômico-social do município ou região.
7. Carência de instalações essenciais para o desenvolvimento de alguns cursos técnicos.
8. Obsolescência e carência de equipamentos essenciais ao desenvolvimento de todos os cursos técnicos.
9. Defasagem do padrão técnico dos cursos profissionalizantes.
10. Dificuldade histórica da Secretaria da Educação de gerenciar o ensino técnico, devido às características peculiares do mesmo.

ENSINO TÉCNICO NO RIO GRANDE DO SUL

DADOS SOBRE CURSOS DE HABILITAÇÃO PLENA - Setor Primário da Economia/ Ensino Agrícola

MANTENEDORA	Nº DE ESCOLAS QUE DESENVOLVEM OS CURSOS	DENOMINAÇÃO DO CURSO TÉCNICO	Nº DE CURSOS EM FUNCIONAMENTO
Estadual	14*	— Agricultura	03
		— Pecuária	01
		— Agropecuária	11
		— Florestal	01
Federal	07	— Agropecuária	07
Municipal	03	— Agropecuária	03
		— Agricultura	01
Particular	06	— Agropecuária	05
TOTAL	30	04	32

* 1 CRES
FONTE: INFORMÁTICA/SE/RS/1994

PONTOS CRÍTICOS	METAS
01. Falta de informações para um diagnóstico completo e preciso.	1. Criar um grupo de trabalho específico com dedicação exclusiva para aferir, complementar e analisar os dados existentes. 2. Elaborar diagnóstico das escolas com problemas, em especial, aquelas que tiveram menos de 10 concluintes nos últimos três anos.
02. Pouca interação entre a escola técnico-profissionalizante e a comunidade.	1. Desenvolver cursos de qualificação profissional de curta duração para a comunidade. 2. Colocar as instalações e equipamentos a disposição da comunidade. 3. Difundir tecnologia, conhecimento e experiências à comunidade.
03. Número reduzido de parcerias.	1. Estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas, como forma de otimizar recursos, atualizar tecnologia, interagir com o mercado e melhorar a qualidade do ensino técnico-profissionalizante.
04. Falta de acompanhamento de egressos.	1. Desenvolver o acompanhamento das escolas técnicas profissionalizantes e seus egressos de forma sistemática e coordenada.
05. Recursos financeiros insuficientes para a manutenção das escolas e cursos técnicos.	1. Efetivar a autonomia administrativo-financeira proposta na legislação sobre gestão democrática no ensino público, viabilizando recursos para as escolas.
06. Carência de instalações e equipamentos necessários para o desenvolvimento dos cursos técnicos.	1. Dotar as escolas técnico-profissionalizantes de condições mínimas quanto as instalações e equipamentos para o desenvolvimento de estudos técnicos e cursos.
07. Oferecimento de cursos técnico-profissionalizantes que não condizem com a vocação econômico-social do município ou região.	1. Definir critérios para a autorização do funcionamento de novos cursos técnico-profissionalizantes, levando em consideração o desempenho econômico das regiões por setor da economia. 2. Adequar regionalmente a oferta e demanda das habilitações oferecidas no âmbito do Estado. 3. Formar técnicos de reconhecida competência para o mercado de trabalho.
08. Falta de cursos profissionalizantes que tenham agilidade para transformar-se e acompanhar as demandas de preparação de mão-de-obra adequadas às mudanças localizadas, regionalizadas ou ocasionais ocorridas no mercado de trabalho.	1. Criar Centros Profissionalizantes de educação formal e/ou não formal que atendam as demandas regionais.
09. Ausência de cursos de nível superior para capacitação dos recursos humanos necessários.	1. Criar cursos para habilitar professores para o ensino técnico-profissionalizante, inclusive aqueles não habilitados já em exercício nas escolas.
10. Dificuldade histórica da Secretaria da Educação enquanto órgão da administração direta responsável por todo o sistema de ensino, em gerenciar o ensino técnico-profissionalizante com a especificidade que este demanda.	1. Criar a FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.



O avanço do desmatamento no Rio Grande do Sul

Prof. Antônio Hélvio Ilha

A vida paradisíaca que os primeiros habitantes indígenas tiveram, infelizmente, foi curta. Em 1735 chegavam ao Rio Grande do Sul, para se dedicar ao gado e à agricultura, as primeiras famílias de colonos portugueses. A partir daí, o nosso Estado estaria predestinado com a imigração. Os açorianos que chegaram nos anos seguintes, não se deram bem com a agricultura, abandonando-a. O mesmo não se pode dizer dos colonos alemães e italianos que entraram no Estado no século seguinte. No ano de 1824 chegavam ao Rio Grande do Sul os primeiros colonizadores alemães. Naquela época o Estado possuía 9 milhões e 800 mil hectares de florestas, o que equivalia a 40% de todo seu território. Os primeiros grupos de imigrantes alemães se instalaram junto ao vale do Rio dos Sinos, principalmente onde hoje está o município de São Leopoldo. Nas décadas seguintes, outras levas foram chegando e se inserindo cada vez mais às matas, espalhando-se na encosta da serra e pelos vales dos rios Caí, Taquari e Pardo. Cerca de 50 anos mais tarde, em 1875, chegavam os primeiros grupos de imigrantes italianos, que tomaram o alto da serra e as regiões oeste e nordeste do Estado. Depois dos alemães e italianos vieram os poloneses, japoneses e outros pequenos grupos de imigrantes europeus.

A princípio o machado, e depois as serras elétricas iniciavam o trabalho pela manhã e não findavam antes que o dia terminasse. A madeira era abundante e vendida a preços baixíssimos. Aliás, muitas vezes, sequer era vendida. Poderia ser queimada ou doada

gratuitamente. O importante era pôr abaixo as gigantescas matas, com árvores de centenas de anos, para em seu lugar plantar uma cultura que iria alimentar a família do colono e o restante era vendido.

Mas a violência das derrubadas se acentuaram nas décadas 50 e 70 deste século, com a introdução das monoculturas da soja e do trigo em nosso Estado.

O equilíbrio ecológico, no qual o Estado se assentava foi, aos poucos, se alterando. Um levantamento feito pelo engenheiro agrônomo Leopoldo Feldens, mostra os danos causados pela colonização desordenada. Os 40% da área arborizada em 1824, baixaram para 36% no ano de 1850, com o desmatamento de 0,5% do Rio Grande do Sul. Em 1881, havia 30,7% de matas intactas, com a derrubada de 5,8%.

Em 1914 o desmatamento mostrava-se de forma ainda mais acentuada, com a destruição de 11,5% das nossas belas matas, quando restavam apenas 25%. E a cada ano que se passava o desmatamento aumentava

mais. Em 1945 a área arborizada caía para 17,5%. E o desmatamento pulava para 19%, ou seja, em apenas 121 anos o homem conseguiu desmatar mais da metade da área que originalmente possuía cobertura florestal. Da década de 50 até meados da década de 70, veio o incentivo à cultura da soja. Foi o golpe para a derradeira arrancada em direção à destruição total de nossas matas.

O monitoramento florestal feito em 1982 pela Universidade Federal de Santa Maria para o antigo IBDF, hoje Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), demonstrou que na época o Rio Grande do Sul possuía apenas 1.585.731 hectares, ou seja, 5,82% de sua cobertura florestal nativa. Em 158 anos de colonização o Rio Grande do Sul perdeu 83% de todas as suas florestas originais, numa média de 52.166 hectares por ano. Dados extra-oficiais calculam que no início de 1990 restavam menos de 2% de matas nativas, excluindo-se os reflorestamentos com essências, exóticas e os capoeirões.

1.2 Quadro de devastação no Rio Grande do Sul

Período	Área do Estado coberta por mata nativa - em %
1824	40
1850	36
1881	30,7
1914	25
1945	17,7
1982	5,9
1990	- de 2

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Membros da Diretoria da AGPTEA são eleitos diretores de Escola

O professor Rudi Von Saltiel, ex-Presidente e atual Vice-Presidente Financeiro da nossa Entidade foi eleito Diretor da Escola Estadual de Santo Antônio da Patrulha

Nosso Tesoureiro, professor Aldir Antônio Vicente, também foi eleito Diretor, assumindo a Escola Estadual Nísia



O Prof. Rudi Von Saltiel é o novo diretor da Escola de Santo Antônio da Patrulha



Floresta — Vila Elsa — na cidade de Viamão.

A comunidade agrícola deseja aos nossos guerreiros colegas uma feliz gestão.

O Prof. Aldir Antônio Vicente (na foto o primeiro à direita) assumiu a direção da Escola Nísia Floresta em Viamão

O desemprego ameaça os Técnicos Agrícolas

O Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Sintargs) está realizando um levantamento para ver quantos profissionais perderam seus empregos devido à crise no setor rural. De acordo com o presidente da entidade, Atílio Pedro Lopes, o ano passado alterou o perfil do mercado de trabalho dos técnicos agrícolas, com demissões e o fechamento de vagas.

Além das demissões nas cooperativas, grandes empregadoras dessa mão-de-obra especializada, a iniciativa privada também demitiu. Atílio citou o exemplo das indústrias de máquinas agrícolas e empresas de reflorestamento. No primeiro caso, a falta de comercialização foi a responsável pela dispensa dos técnicos, uma vez que sem vendas não há mercado para o treinamento.

Já no caso das indústrias de reflorestamento as demissões obedeceram uma acomodação natural, acredita o presidente do Sintargs. Como não foram implantados novos projetos significativos de reflorestamento no Estado, as áreas reflorestadas atingiram a maturidade, fase que necessitam de menos gente especializada, e mais pessoal para a manutenção. "A atuação do técnicos florestal é por hectare reflorestado. Na fase de implantação e nos primeiros anos a presença permanente do técnico é exigida. Depois vem a manutenção, que as empresas optam por fazer com menos técnica", enfatiza.

Além da diminuição de vagas no mercado, os técnicos agrícolas lutam por um piso salarial de seis mínimos. A maioria dos técnicos recebe salários em torno de R\$ 450,00. Mas tem muitos profissionais

com salários de R\$ 300,00. Outros, no entanto, recebem acima de R\$ 1 mil.

O Sintargs quer também a criação de um Conselho, para desvincular os técnicos agrícolas do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Fonte: Correio do Povo - 02/96

TÉCNICOS AGRÍCOLAS

Formados.....	10 mil
Escolas.....	27
Vagas/Ano.....	1 mil

Salário (*) R\$ 350,00
Piso salarial (***) 6 mínimos
(*) Médio atual, (***) reivindicado

Brasil tem o terceiro pior ensino do mundo

Pesquisa avaliou a educação básica no país Os estudantes brasileiros recebem a pior educação básica da América Latina e a terceira do mundo — superior apenas à de Bangladesh, na Ásia, e Guiné Bissau, na África, constatou uma pesquisa do Ministério da Educação divulgada em julho/95 pelo jornal O Globo. Realizada entre 2.294 diretores de escolas e 7.814 professores, a equipe avaliou o rendimento dos alunos até os 13 anos que frequentam 2.806 escolas nos 26 Estados brasileiros. A pesquisa chegou à conclusão que de cada cem alunos que ingressam no 1º Grau, somente 33 completam o ciclo básico de oito anos. Esse baixo índice de aproveitamento se torna ainda mais grave em regiões menos desenvolvidas do país, como no Norte e Nordeste. A média nacional de evasão é compensada nas regiões Sul (43%) e Sudeste (51%). Mesmo assim, do total de alunos inscritos nas escolas, 57,1% repetem ou abandonam as aulas antes de completar os primeiros oito anos de ensino. Os que completam o 1º Grau, rodaram, no mínimo, em dois anos. Testes realizados com estudantes demonstraram que somente 1% assimilou 80% dos conteúdos básicos de Matemática e Ciências. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação também constatou que "um dos maiores desperdícios no processo educativo tem a ver com a falta de critérios na escolha de professores. Os educadores admitem que conseguem ministrar apenas 80% do programa devido à falta de tempo e pelas dificuldades dos alunos em assimilar os conteúdos.

Testes mostram que somente 1% dos alunos assimilou 80% dos conteúdos de Matemática

Quando à falta de critérios na escolha dos professores, a pesquisa revelou que é costume indicar educadores de melhor nível, que muitas vezes não necessitam tanto de reciclagem. Quando profissionais menos preparados são convocados para os cursos, eles se sentem tão estimulados que acabam melhorando de forma notável seu desempenho, o que aumenta o nível de aprendizado de seus alunos, concluiu a pesquisa. O nível estudantil também melhora quando o professor é concursado e quando há livros didáticos à disposição dos alunos. As crianças que trabalharam com livro didático (63,3%) tiveram um rendimento 2% superior às demais.

Fonte: Zero Hora

BALANÇO DO ANO DE 1995

RECEITAS

Contribuições sociais, aplicações financeiras, inscrições do III Enea.....R\$ 11.994,40

DESPESAS

Correio, material de expediente, impressões jornais, telefone, despesas do III Enea, diversos.....R\$ 10.012,19

Saldo Anual.....R\$ 1.982,21

Poupança.....R\$ 9.339,18

TOTAL DE CRÉDITO.....R\$ 11.321,39

Porto Alegre, 31 de dezembro de 1995.

Prof. Aldir Antônio Vicente
Tesoureiro

Prof. Antônio Hélios Ilha
Presidente

Balanço da Gestão 93/96

Prof. Antônio Hélios Ilha
Presidente

Durante nossa gestão, foi possível organizarmos três encontros nacionais, publicar 15 jornais "Boletim Informativo", melhorando inclusive sua qualidade e impressão.

Visitamos cinquenta por cento das escolas agrícolas do Estado e duas fora de nosso Estado.

Promovemos a criação da Confederação Nacional, divulgamos a AGPTEA, nacional e internacionalmente, participamos de diversos seminários e encontros educacionais, nos fizemos presentes em diversas audiências com autoridades governamentais (governador, secretários, deputados, reitores de universidades, câmaras municipais) e entidades não governamentais, na busca de soluções para o ensino agrícola.

Lutamos e conseguimos que fosse aprovada a Lei que dá autonomia na comercialização de produtos resultantes do processo de aprendizagem.

Quando assumimos nossa Entidade, recebemos do Presidente Rudi Saltiel, a importância de cinco mil dólares em poupança e uma linha telefônica. Neste semestre entregaremos nossa presidência, com um computador 486, uma máquina eletrônica com memória, marca Panasonic, uma secretária eletrônica e uma sede própria com duas salas no centro da capital gaúcha (imóvel esse adquirido por US\$ 19 mil). Aumentamos em 20% o quadro social.

Não realizamos o primeiro encontro latino-americano porque forças políticas internas e opositoras nos impediram de que fosse concretizado. Devido a algumas acusações levianas fizeram com que o Presidente e o Tesoureiro desistissem de sua cátedra, voltando a lecionar. Atividade essa que impediu-lhes o maior empenho à causa do ensino agrícola.

Assim, vou me despedindo da diretoria e mesmo estando fora, não mudarei meu ideal em lutar pelo engrandecimento de nossa classe.

